

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às 15:00 horas, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP), com a presença dos seguintes membros: Senhor Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Senhor Daelson de Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Senhor Johaness Eck, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Senhor José Mateus Negrão Nogueira, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Senhora Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. O Senhor Paulo Afonso Vieira Júnior, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, justificou sua ausência, por meio do Fac-símile SOF/COFAR/DEPES/nº 31/2004, subscrito pelo seu suplente, Senhor Bruno C. Grossi, o qual também não pode comparecer à reunião por força de compromissos previamente assumidos. Participaram da Sessão, como convidados, o Senhor Sérgio Torres Santos, Assessor do Secretário-Executivo, o Senhor Carlos Eugênio Timo Brito, Coordenador da Secretaria-Executiva, e os seguintes servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP): Senhor Ricardo Brisolla Balestreri, Senhora Juliana Márcia Barroso, Senhora Rosemari Kuroiwa Sales, Senhor Marcelo Ottoni Durante, Senhora Rita de Cássia Lima Andréa, Senhor Marcelo Carámbula e Senhor Paulo Eduardo Mascarello Gobbi. Iniciada a reunião, o Presidente, após os cumprimentos de praxe, adotou a seguinte pauta:

- 1) Aprovação da Ata da 24ª Reunião;
- 2) Apreciação de projetos apresentados pelos estados no âmbito das seguintes ações: a) Reparcelhamento das Polícias Estaduais (Processo MJ nº 2484/2004-37); e b) Valorização Profissional (Processo MJ nº 2385/2004-55);
- 3) Apreciação do repasse de recursos para os Projetos AD/BRA/98/34 e AD/BRA/98/32 no âmbito do Escritório das Nações Unidas Contra as Drogas e Crime (UNODC);
- 4) Apreciação do Projeto “Segurança Cidadã”, no âmbito do PNUD; e
- 5) Assuntos Gerais, inclusive a análise da minuta de Regimento Interno.

DELIBERAÇÕES:

ITEM 1 – Os Conselheiros Johaness Eck e Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli sugeriram modificações na minuta da Ata da 24ª Reunião, a qual será apreciada na próxima Reunião, em conjunto com a presente Ata.

ITEM 2 – A técnica Juliana Barroso (SENASP) apresentou dois novos projetos para apreciação do Conselho Gestor, a saber: “Projeto de Reparcelhamento das Polícias Civil e Militar do Estado de Rondônia” (Processo MJ nº 2484/2004-37), na ação Reparcelhamento, em que o valor do Concedente compreende o montante de R\$ 1.220.000,00 (um milhão, duzentos e vinte mil reais); e b) “Projeto de Implantação da Matriz Curricular com vistas a Integrar o ensino das Polícias”, vinculado à ação de Valorização Profissional, em que o valor do Concedente compreende o montante de R\$ 2.958.660,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta reais). Informações detalhadas a respeito desses projetos encontram-se no Apenso I desta Ata. Esclarece-se que o Apenso distribuído aos Conselheiros durante a Reunião continha um erro de digitação, qual seja, no valor do Concedente do primeiro projeto submetido à apreciação do Conselho – Projeto de Reparcelhamento das Polícias Civil e Militar do Estado de Rondônia” (Processo MJ nº 2484/2004-37). Na ocasião, o valor informado era de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais). Desta feita, a tabela distribuída deve ser desconsiderada, adotando o presente Apenso I (e seu respectivo valor do Concedente para o

Processo 2484/2004-37, no valor de R\$ 1.220.000,00) como documento oficial de referência para a apreciação do Projeto no âmbito do CGFNSP. Feitas esta ressalva, declarando-se satisfeitos com os esclarecimentos prestados, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, os dois projetos em causa.

ITEM 3 – O Senhor Daelson de Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça e servidor da SENASP, trouxe à apreciação do Conselho a proposta de repasse de recursos do FNSP para os Projetos AD/BRA/98/34 (Treinamento para Profissionais da Área da Segurança do Cidadão) e AD/BRA/98/32 (INFOSEG), vinculados ao UNODC (Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime). Esclarece-se que a execução de tais projetos prevê o aporte de recursos provenientes de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o que não tem acontecido de maneira sustentada há vários anos. Assim, a SENASP propõe o investimento de recursos do FNSP para que os projetos em apreço possam ser executados. Ressalta-se que não foi levado à apreciação do Conselho nenhum montante específico para repasse a esses projetos, apenas a autorização para o planejamento de execução dos projetos a partir de recursos oriundos do FNSP. Neste caso, os montantes necessários para a consecução dos projetos serão levados à apreciação do Conselho oportunamente. Os Conselheiros Johaness Eck e Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli sugeriram condicionar o repasse aos Projetos AD/BRA/98/32 (Treinamento para Profissionais da Área da Segurança do Cidadão) e AD/BRA/98/34 (INFOSEG) à revisão dos mesmos junto ao MPOG, quem sabe até mesmo no sentido de concluí-los, uma vez que a implementação dos projetos não tem se dado de maneira auto-sustentada. Apontada tal ressalva, os Conselheiros aprovaram a proposta em questão.

ITEM 4 – Conforme decidido na 24ª Reunião, a SENASP reiniciou a apresentação sobre o Projeto Segurança Cidadã, a ser executado pela SENASP sob os auspícios do PNUD. Prestadas informações gerais sobre o projeto pelos Senhores Daelson de Oliveira Viana e Ricardo Balestreri (servidores da SENASP), os Conselheiros Johaness Eck e Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli reiteraram a necessidade de revisão – e posterior alteração – do texto do contrato com o PNUD (PRODOC BRA/04/029), enfaticamente o Anexo 5, em geral, e os itens 15, 31ª e 32 em especial. Uma vez realizada a alteração desses pontos do Projeto, o Conselho Gestor indica a aprovação do repasse de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a execução do Projeto “Segurança Cidadã” em 2005.

ITEM 5 – Assuntos tratados:

- a) Com relação à apreciação das Atas das Reuniões do CGFNSP, o Conselheiro Senhor José Mateus Negrão Nogueira solicitou ao Presidente do Conselho o envio antecipado – via e-mail – das mesmas aos Conselheiros, de modo que as sugestões de modificações fossem encaminhadas a priori da realização das Reuniões. O Presidente acatou a sugestão e afirmou que as Atas da 24ª e 25ª Reuniões já seriam encaminhadas dessa maneira;
- b) A Conselheira Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli insiste que a aprovação dos projetos sob os auspícios do FNSP esteja vinculada e condicionada à apresentação dos resultados obtidos pelos projetos, inclusive sob a forma (relatórios de execução físico-financeira, por exemplo) consagrada pelas agências de Controle Interno (e.g. TCU). Nesse mesmo sentido, a Conselheira sugere que os estados enviem ao CGFNSP um relatório físico-financeiro a cada 6 meses, sob pena de ficarem impedidos de receber mais recursos do Fundo caso descumpram esta diretriz.
- c) O conselheiro Johaness Eck reiterou o pedido de Nota Técnica sobre o convênio com o Estado do Pará intitulado “Implantação do Sistema de Comunicação Integrado no Interior” (Processo MJ nº 08020.002529/2004-73).
- d) Decidiu-se, ademais, discutir a minuta do Regimento Interno do CGFNSP na próxima reunião. Os Conselheiros solicitaram que tal minuta lhes fosse encaminhada antecipadamente por meio eletrônico.

Nada mais havendo a tratar, determinou o Presidente o encerramento da presente Ata, que lida e achada conforme, será assinada por todos os Membros do Conselho Gestor. Eu, (Carlos Eugênio Timo Brito), Secretário.

Presidente do Conselho Gestor
Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Casa Civil da Presidência da República

Procuradoria-Geral da República

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República